



CONEPA
CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES
E PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

15ª Edição 2025 | 07 e 08 de novembro
Vitória da Conquista, Bahia (Região Nordeste)

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E INCLUSÃO DIGITAL DE EMPREENDEDORAS DE BAIXA RENDA: UM ESTUDO COM MULHERES DO COMPLEXO ESTUARINO LAGUNAR MUNDAÚ-MANGUABA (CELM)-AL

Cláudia Cordeiro de Assis
Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração
Fucape Pesquisa e Ensino S/A
claudia.assis@ifal.edu.br

Amanda Soares Zambelli Ferretti
Doutora em Administração
Fucape Pesquisa e Ensino S/A
amandaferretti@fucape.br



Resumo

Este estudo investiga como a alfabetização financeira e a inclusão digital influenciam o acesso ao crédito por mulheres empreendedoras de baixa renda no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú–Manguaba (CELMM) em Alagoas. A pesquisa parte da constatação, por meio de trabalhos de extensão na região, de que muitas dessas empreendedoras enfrentam dificuldades para compreender conceitos financeiros básicos. Tais limitações comprometem o acesso ao crédito, a tomada de decisões estratégicas e a sustentabilidade dos empreendimentos. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter exploratório, com base em entrevistas semiestruturadas e grupos focais presenciais, realizados com 41 mulheres empreendedoras de baixa renda, dos sete municípios que compõem o CELMM. A adoção de serviços financeiros digitais, como as *fintechs*, também contribui para o uso mais eficiente do crédito e para o fortalecimento da gestão financeira, desde que acompanhada por capacitação adequada. No entanto, a persistência de barreiras socioculturais e a desigualdade no acesso à tecnologia limitam a escalabilidade dessas soluções. Os achados reforçam a necessidade de intervenções integradas que combinem alfabetização financeira e inclusão digital. Tais estratégias são fundamentais para subsidiar políticas públicas e práticas institucionais voltadas à promoção do crescimento sustentável dos negócios e à inclusão financeira de mulheres em contextos com recursos limitados.

Palavras-chave: Alfabetização Financeira. Inclusão Digital. Acesso ao Crédito. Mulheres Empreendedoras. Barreiras Socioculturais.

Abstract

This study investigates how financial literacy and digital inclusion influence access to credit for low-income women entrepreneurs in the Mundaú–Manguaba Estuarine Lagoon Complex (CELMM) in Alagoas. The research is based on the observation, through extension work in the region, that many of these entrepreneurs face difficulties in understanding basic financial concepts. Such limitations compromise access to credit, strategic decision-making, and the sustainability of their ventures. The adopted methodology was qualitative, exploratory in nature, based on semi-structured interviews and in-person focus groups conducted with 41 low-income women entrepreneurs from the seven municipalities that make up CELMM. The adoption of digital financial services, such as *fintechs*, also contributes to more efficient use of credit and to strengthening financial management, provided it is accompanied by adequate training. However, the persistence of sociocultural barriers and inequality in access to technology limits the scalability of these solutions. The findings reinforce the need for integrated interventions that combine financial literacy and digital inclusion. Such strategies are essential to support public policies and institutional practices aimed at promoting the

sustainable growth of businesses and the financial inclusion of women in resource-limited contexts.

Keywords: Financial Literacy. Digital Inclusion. Access to credit. Women Entrepreneurs. Sociocultural Barriers.

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo feminino tem se consolidado como alternativa relevante de inserção produtiva em contextos marcados pela retração do emprego formal e pelo agravamento das desigualdades socioeconômicas, no Brasil, observa-se uma das maiores taxas de atividade empreendedora feminina na América Latina, (GEM, 2023). O que revela tanto o potencial quanto os desafios enfrentados por mulheres que recorrem ao trabalho autônomo como estratégia de sobrevivência e emancipação econômica (SALUJA et al., 2023; ACKAH et al., 2023). No entanto, essa trajetória é marcada por barreiras estruturais persistentes, como o acesso limitado ao crédito, a ausência de formação em gestão e o desconhecimento sobre formas jurídicas de formalização (RANI; KUMAR, 2024; RIZVI; AHMAD, 2024).

A exclusão financeira vivenciada por essas mulheres é intensificada por fatores simbólicos e institucionais, como a complexidade da terminologia bancária e a baixa alfabetização digital (RAWAT, 2023; MILED; LANDOLSI, 2023). De acordo com o Instituto Rede Mulher Empreendedora, 11% das mulheres empreendedoras relataram negativa de crédito por baixa movimentação bancária, em contraste com apenas 3% dos homens, evidenciando um viés de gênero nas práticas das instituições financeiras (REDE MULHER EMPREENDEDORA, 2023; HASAN et al., 2022). Termos como “*score* de crédito”, “margem consignável” e “linhas de financiamento” são frequentemente incompreendidos, elevando os custos de transação e gerando insegurança nas negociações (KURNIASARI; LESTARI, 2024; YOUNAS; RAFAY, 2020). A simplificação da linguagem financeira, portanto, emerge como estratégia central para promover a inclusão financeira, especialmente quando articulada a modelos educativos participativos e contextualizados (SINGLA, 2022; ANDRIAMAHERY; QAMRUZZAMAN, 2022).

Além disso, a adoção de serviços financeiros digitais, como as *fintechs*, tem ampliado o acesso ao crédito e simplificado processos, embora sua efetividade dependa da alfabetização digital das usuárias (MAHAT, 2024; LEELAVATHI; RAMESH, 2024). Modelos coletivos de microfinanças, como cooperativas e grupos de pares, demonstram resultados positivos ao integrar crédito, capacitação e responsabilidade compartilhada, com menores taxas de inadimplência e maior confiança entre as participantes (EDELMAN, 2021; NASCIMENTO et al., 2023). Adicionalmente, é válido destacar que desigualdades interseccionais de classe, raça e gênero moldam o acesso das mulheres aos recursos econômicos, sendo a democratização da linguagem financeira um passo essencial para romper com estruturas excludentes (SERWAAH; SHNEOR, 2021; CRENSHAW, 2021; JUNG, 2023).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar como a alfabetização financeira e a inclusão digital influenciam o acesso ao crédito por mulheres empreendedoras de baixa renda no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú–Manguaba (CELMM) - AL. O objetivo específico é investigar de que forma a simplificação da terminologia bancária, articulada à alfabetização financeira e à inclusão digital, atua como mecanismo para ampliar o acesso ao



crédito e fortalecer a autonomia econômica das mulheres empreendedoras do CELMM. A escolha pelo CELMM como território de investigação se destaca pela presença de dinâmicas produtivas informais, forte protagonismo feminino e desigualdades estruturais que impactam diretamente o acesso ao crédito. As participantes dos grupos focais são mulheres que atuam em atividades de base artesanal, extrativista ou alimentar, com diferentes níveis de organização coletiva, uso de tecnologia e formalização contábil, refletindo a complexidade do empreendedorismo popular no contexto alagoano.

Esses agrupamentos concentram-se majoritariamente nos ramos de comércio varejista, alimentação, serviços pessoais, turismo de base comunitária e produção artesanal, setores que, segundo o Observatório Data MPE Brasil e o SEBRAE, apresentam alta representatividade de microempreendedores individuais (MEI) e fragilidades quanto à formalização plena e ao acesso a redes de apoio e crédito (SEBRAE/Data MPE Brasil, 2024; Portal do Empreendedor, 2024). Indicadores da PNAD Contínua apontam ainda maior incidência de trabalho por conta própria e informalidade entre mulheres nas áreas periurbanas e rurais desses municípios, o que agrava as barreiras de acesso a serviços financeiros e reforça a necessidade de intervenções integradas de alfabetização financeira, simplificação terminológica e inclusão digital para fortalecer a sustentabilidade dos empreendimentos femininos na região (IBGE/PNAD Contínua, 2023; SEBRAE/Data MPE Brasil, 2024).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de superar barreiras simbólicas, cognitivas e tecnológicas que impedem o efetivo acesso ao crédito por mulheres empreendedoras de baixa renda no CELMM. Ao articular alfabetização financeira, simplificação terminológica e inclusão digital, o estudo identifica mecanismos práticos capazes de transformar conhecimento em práticas de gestão e ampliar o uso responsável do crédito. A abordagem qualitativa, baseada em entrevistas e grupos focais, dá voz às próprias mulheres e revela condicionantes territoriais e coletivos que informam intervenções mais eficazes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Política Feminista e Desigualdades Estruturais

A economia política feminista tem se consolidado como referencial teórico essencial para compreender os desafios enfrentados por mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, ao reconhecer que as desigualdades de gênero são estruturais e reproduzidas por normas sociais, instituições econômicas e políticas públicas (RANI; KUMAR, 2024; SHOWKAT et al., 2024). Essa abordagem permite analisar como fatores como raça, classe e território afetam o acesso ao crédito, à formalização e às redes de apoio econômico (SIMBA et al., 2024; SALUJA et al., 2023). No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), observa-se que mulheres negras e de baixa renda concentram-se em ocupações informais, apresentam menores rendimentos e enfrentam ausência ou fragilidade de proteção social (IBGE/PNAD Contínua, 2023), circunstâncias que evidenciam a necessidade de políticas públicas sensíveis ao recorte de gênero e raça (MILED; LANDOLSI, 2023; SIMBA et al., 2024).

A linguagem financeira complexa também atua como barreira simbólica, dificultando a compreensão de produtos bancários e reforçando relações de poder desiguais (SALUJA et al., 2023). A simplificação terminológica, nesse contexto, é vista como estratégia de

democratização econômica e redução das desigualdades (SIMBA et al., 2024). A crítica à neutralidade das políticas públicas é outro ponto central da economia política feminista, ao evidenciar que programas de crédito e formalização raramente incorporam a perspectiva de gênero, dificultando o acesso de mulheres de baixa renda aos critérios de elegibilidade (RANI; KUMAR, 2024; ACKAH et al., 2023).

A sobreposição de responsabilidades domésticas e produtivas limita o tempo disponível para gestão dos negócios, exigindo políticas integradas que articulem crédito, capacitação e suporte social (GUPTA; AGARWAL, 2024). Estudos internacionais mostram que as desigualdades estruturais afetam mulheres de forma distinta em diferentes países, como Índia, Nigéria e Indonésia, reforçando a importância de soluções contextualizadas (SIMBA et al., 2024). No Brasil, o caso do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELM) exemplifica como a ausência de infraestrutura e políticas sensíveis ao gênero intensifica os desafios enfrentados pelas empreendedoras. Assim, a economia política feminista contribui para ampliar a compreensão sobre exclusão financeira ao integrar dimensões materiais, simbólicas e institucionais (SALUJA et al., 2023; SIMBA et al., 2024).

2.2. Desafio da Terminologia Bancária e Barreiras de Acesso ao Crédito

A compreensão limitada da terminologia bancária representa uma barreira significativa para mulheres empreendedoras de baixa renda, que frequentemente não dominam conceitos técnicos como *score* de crédito, garantias, juros compostos ou capital de giro, o que compromete a tomada de decisão e amplia a percepção de risco (HASAN et al., 2022; SALUJA et al., 2023). Esse fenômeno, denominado “lacuna terminológica”, reforça exclusões linguísticas e simbólicas, dificultando o acesso ao crédito formal (RANI; KUMAR, 2024; ACKAH et al., 2023). No Brasil, a linguagem excessivamente formal de editais e contratos limita a adesão a programas de inclusão produtiva, especialmente quando não há materiais explicativos ou oficinas de capacitação (MARQUES et al., 2024). A incompreensão dos termos bancários afeta diretamente a confiança das mulheres no sistema financeiro, gerando desconfiança e perpetuando a informalidade (MILED; LANDOLSI, 2023). Essa barreira também possui implicações intergeracionais, pois compromete a transmissão de habilidades financeiras dentro das comunidades (HASAN et al., 2022).

Pesquisas recentes indicam que iniciativas de simplificação terminológica, quando associadas a oficinas práticas e simulações, aumentam a compreensão e reduzem a inadimplência (RIZVI; AHMAD, 2024; TUMBA et al., 2022). No entanto, a literatura ainda carece de métricas padronizadas para mensurar o grau de compreensão dos conceitos financeiros, o que limita a avaliação das intervenções (ANDRIAMAHERY; QAMRUZZAMAN, 2022). A produção de materiais educativos em formatos digitais também se mostra ineficaz para mulheres sem letramento digital, exigindo estratégias que articulem alfabetização financeira e inclusão tecnológica (HASAN et al., 2022; SALUJA et al., 2023; BALA, 2023). Em territórios vulneráveis, como comunidades periféricas e rurais, a tradução coletiva de termos financeiros tem se mostrado eficaz ao associar aprendizado à construção de confiança entre pares (ARISA, 2022). Superar a lacuna terminológica exige abordagens integradas que transformem a linguagem bancária em ferramenta de empoderamento econômico (SIMBA et al., 2024; AKPUOKWE et al., 2024).

2.3. Alfabetização Financeira e Inclusão Digital



A alfabetização financeira é compreendida como a capacidade de entender conceitos básicos relacionados a finanças, orçamento, crédito e investimento, permitindo decisões conscientes sobre o uso de recursos econômicos (KLAPPER; LUSARDI, 2020). Para mulheres empreendedoras de baixa renda, essa competência é essencial, uma vez que o desconhecimento sobre gestão financeira está entre os principais fatores que contribuem para o endividamento e a descontinuidade dos negócios (SALUJA et al., 2023). Programas tradicionais de educação financeira, baseados em terminologias técnicas e materiais extensos, não atendem às necessidades desse público, especialmente devido ao baixo nível de escolaridade formal e à sobrecarga de responsabilidades domésticas (SINGLA, 2022; ANDRIAMAHERY; QAMRUZZAMAN, 2022). Iniciativas comunitárias que associam educação financeira a práticas de economia solidária têm demonstrado maior efetividade, ao traduzir conceitos técnicos para a realidade cotidiana das empreendedoras (ARISA, 2022).

A resistência cultural em lidar com instituições financeiras formais é intensificada pela incompreensão da linguagem bancária, gerando insegurança e perpetuando a informalidade (HASAN et al., 2022; MILED; LANDOLSI, 2023). A alfabetização financeira simplificada contribui para a construção de confiança progressiva no uso de instrumentos bancários básicos, como abertura de contas e uso de aplicativos de pagamento (KURNIASARI; LESTARI, 2024). Tecnologias digitais, como vídeos curtos e plataformas de microaprendizagem, têm se mostrado eficazes quando acompanhadas por suporte presencial, como agentes comunitários ou multiplicadoras locais (SIMBA et al., 2024). Além disso, é necessário incluir elementos de gestão de risco e planejamento de longo prazo, como poupança preventiva e reinvestimento, sempre em linguagem adaptada à realidade das participantes (AKPUOKWE et al., 2024).

A combinação entre alfabetização financeira e acesso a microcrédito apresenta resultados mais duradouros, com maior sucesso empresarial entre mulheres que recebem capacitação simplificada em gestão (EDELMAN, 2021). No Brasil, programas de extensão universitária têm atuado como agentes importantes na oferta de educação financeira adaptada, unindo rigor técnico e linguagem acessível (MARQUES et al., 2024). Essas experiências revelam a importância de incluir temas como precificação justa, uso consciente de crédito e leitura crítica de contratos. No entanto, muitas iniciativas carecem de indicadores objetivos de desempenho financeiro, o que limita a sistematização das melhores práticas (ANDRIAMAHERY; QAMRUZZAMAN, 2022). A ausência de métricas específicas para mensurar a “alfabetização terminológica” dificulta a avaliação da eficácia das intervenções.

Em síntese, a alfabetização financeira simplificada e contextualizada deve ser compreendida como parte de um ecossistema integrado de políticas públicas, microfinanças e apoio comunitário (SIMBA et al., 2024). Quando articulada à inclusão digital e à valorização de saberes locais, essa abordagem tem potencial para transformar a relação das mulheres empreendedoras de baixa renda com o sistema financeiro, promovendo maior autonomia e sustentabilidade (AKPUOKWE et al., 2024). A superação da lacuna terminológica exige estratégias que combinem capacitação prática, tecnologias acessíveis e metodologias participativas, capazes de romper com barreiras simbólicas e ampliar o acesso ao crédito formal (ARISA, 2022; SALUJA et al., 2023).

3. METODOLOGIA



Este estudo qualitativo e exploratório analisa como a alfabetização financeira e a inclusão digital influenciam o acesso ao crédito de mulheres empreendedoras de baixa renda no CELMM, em Alagoas, e investiga de que forma a simplificação da terminologia bancária, articulada a essas dimensões, contribui para ampliar esse acesso e fortalecer sua autonomia econômica. A abordagem qualitativa permite captar práticas, percepções e barreiras simbólicas invisíveis aos métodos quantitativos, especialmente em contextos de vulnerabilidade (ERIKSSON; KOVALAINEN, 2008; LEÃO; PAIVA JÚNIOR; MELLO, 2016). A área do CELMM, composta pelos municípios de Coqueiro Seco (população estimada: 5.701 habitantes), Maceió (1.031.997 habitantes), Marechal Deodoro (57.238 habitantes), Pilar (43.512 habitantes), Rio Largo (89.614 habitantes), Satuba (15.842 habitantes) e Santa Luzia do Norte (7.894 habitantes), apresenta heterogeneidade sociodemográfica e econômica relevante para a compreensão do fenômeno das mulheres empreendedoras de baixa renda. Os valores populacionais referem-se às estimativas municipais para 2025 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025); o último Censo Demográfico do IBGE foi realizado em 2022 e serviu de base para a elaboração dessas estimativas (IBGE, 2022).

No recorte produtivo deste estudo, os nove grupos focais selecionados expressam a diversidade de atividades locais e os subsegmentos da economia criativa presentes no CELMM: rendeiras de Coqueiro Seco, marisqueiras de Maceió, cocadeiras e rendeiras de Marechal Deodoro, catadoras de recicláveis de Pilar e Satuba, ceramistas de Satuba, artesãs de Rio Largo e boleiras de Santa Luzia do Norte.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais presenciais, com amostragem por conveniência, priorizando segmentos produtivos com maior concentração de mulheres e considerando o critério de gênero como central (GUPTA, 2024; ASANDIMITRA et al., 2024). Foram conduzidos nove grupos focais, com três a cinco participantes por sessão, totalizando 41 mulheres empreendedoras. As sessões, com duração média de 60 minutos, foram mediadas pela pesquisadora e orientadas por um roteiro construído a partir de três eixos: experiências com crédito, organização produtiva e gestão financeira, conforme as dimensões propostas pela OCDE/INFE (2016).

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016) e Franco (2018), articulada ao referencial da (OCDE; INFE, 2016) sobre competências essenciais de alfabetização financeira. As falas foram categorizadas em três dimensões inter-relacionadas: conhecimento, comportamento e atitudes, permitindo identificar como a linguagem técnica bancária impacta o acesso ao crédito e a autonomia financeira. Todas as sessões foram gravadas mediante consentimento informado, transcritas integralmente e anonimadas, conforme os princípios éticos da pesquisa social (FLICK, 2018; SALDAÑA, 2021). Embora os nomes das participantes tenham sido suprimidos, os grupos produtivos aos quais pertencem foram preservados como referência analítica, permitindo identificar coletivos como rendeiras do município de Coqueiro Seco, marisqueiras de Maceió, cocadeiras e rendeiras de Marechal Deodoro, catadoras de recicláveis de Pilar, artesãs de Rio Largo, ceramistas e catadoras de recicláveis de Satuba e boleiras de Santa Luzia do Norte. Essa escolha metodológica buscou respeitar a confidencialidade individual, sem apagar os vínculos territoriais e identitários que estruturam as práticas empreendedoras na região.

A definição da amostra foi orientada pelo critério de saturação teórica, alcançada quando os dados obtidos não apresentaram variações significativas em relação às categorias previamente identificadas (SALDAÑA, 2021). Essa estratégia metodológica permite responder ao objetivo específico da pesquisa, ao identificar barreiras enfrentadas pelas participantes do CELMM e propor estratégias que articulem alfabetização financeira, inclusão digital (SIMBA

et al., 2024; BHATIA, 2024). O desenho metodológico foi ancorado no Quadro de Competências Essenciais de Alfabetização Financeira para Adultos da (OCDE; INFE, 2016) que organiza a análise em três dimensões:

- Conhecimento: compreensão de conceitos financeiros básicos, como crédito, juros, garantias, formalização e obrigações fiscais;
- Comportamento: práticas de gestão, controle financeiro, uso de ferramentas digitais e tomada de decisão;
- Atitudes: crenças, medos, motivações e predisposição para buscar crédito formal ou formalizar o negócio.

Tabela 1- Dimensões adaptadas do Quadro de Competências Essenciais de Alfabetização Financeira para Adultos. OCDE/INFE (2016) para o contexto das empreendedoras de baixa renda do CELMM

Dimensão	Descrição adaptada	Fundamentação teórica
Conhecimento	Tradução de conceitos financeiros e elaboração de orçamentos simplificados; familiaridade com apps básicos	Huang e Guo (2019); Asandimitra et al. (2024); Ahiasse et al. (2024).
Comportamento	Ações de busca e uso de crédito formal e <i>fintechs</i> ; organização coletiva; adoção de pagamentos digitais	Rawat (2023); Mishra et al. (2024); Robert (2024).
Atitudes	Crenças sobre negociação bancária; percepção de risco; abertura a inovações digitais e modelos coletivos	Kurniasari e Lestari (2024); Chattopadhyay e Roy (2024); Arisa (2022).

Fonte: Elaboração própria (2025).

O referencial teórico foi adaptado ao contexto sociocultural das participantes, permitindo uma leitura crítica dos fatores que influenciam a inclusão financeira e a autonomia econômica. Seguindo a lógica da pesquisa narrativa, que valoriza as histórias de vida como forma de compreender experiências individuais e coletivas (Lieblich et al., 1998), a análise dos dados ocorreu em três etapas: transcrição das falas, categorização temática por recorrência e relevância, e interpretação crítica à luz do referencial, com foco em padrões, tensões e contradições.

Assim, a interpretação crítica apresentada não se limita à descrição literal das falas das mulheres, mas da combinação com os eixos teóricos do artigo para mostrar como três obstáculos se articulam na prática: a linguagem bancária difícil de entender, a falta de conhecimentos financeiros básicos e as limitações no uso de tecnologias digitais. Juntos, esses fatores criam barreiras concretas que impedem as empreendedoras do CELMM de comprovar renda, formular pedidos de crédito adequados e negociar condições favoráveis, reduzindo sua capacidade de obter recursos e de ampliar a autonomia econômica em seus municípios.



15ª Edição 2025 | 07 e 08 de novembro
Vitória da Conquista, Bahia (Região Nordeste)

As técnicas utilizadas foram: entrevistas semiestruturadas com mulheres empreendedoras de baixa renda da região, realizadas presencialmente, com roteiro baseado nas três dimensões da OCDE/INFE (2016); observação participante em atividades extensionistas realizadas nos municípios do CELMM; levantamento documental em sites institucionais, relatórios técnicos e materiais de programas de crédito voltados ao público feminino (ex.: Crediamigo, Desenvolve-AL, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE)); consulta institucional por meio de protocolos e pedidos formais enviados às prefeituras para identificação e contato com os grupos focais. Os critérios de inclusão foram: mulheres empreendedoras de baixa renda atuantes nos municípios do CELMM; participantes com ou sem formalização jurídica (MEI, associação, cooperativa); entende-se por baixa renda, para fins desta pesquisa, rendimento familiar mensal de até dois salários-mínimos. Foram excluídas empreendedoras que não residem na área delimitada e casos em que não houve autorização para uso dos dados ou gravação da entrevista.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos nove grupos focais realizados no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM) revelou realidades diversas quanto ao acesso ao crédito, formalização produtiva e compreensão da linguagem bancária. Em contextos com maior organização coletiva, registros mínimos e uso funcional de tecnologia observa-se potencial ampliado de acesso ao crédito; onde predominam vendas informais, ausência de documentação e dependência de atravessadores, o acesso ao crédito formal é severamente comprometido.

Em Coqueiro Seco, as rendeiras exibem saber técnico artesanal elevado e rotinas de gestão informal baseadas em memória e cadernetas; o celular é usado basicamente para comunicação e não há emissão de comprovantes. Essa configuração reduz a elegibilidade a linhas formais e aumenta a dependência de atravessadores. A simplificação da terminologia bancária, aliada a oficinas práticas de registro de vendas e ao uso de ferramentas digitais simples, como envio de recibos por WhatsApp, pode transformar conhecimento tácito em evidência verificável, reduzir vergonha institucional e elevar a probabilidade de acesso ao crédito.

Em Maceió, as marisqueiras da cooperativa Coopmaris apresentam maior organização e utilizam redes sociais para divulgação, mas têm fragilidades na formalização contábil e na documentação sanitária. O capital social coletivo facilita a adoção de registros quando há mediação, reduzindo assimetrias informacionais com financiadores. A tradução de termos de projeto, custos com selo sanitário, investimento em infraestrutura favorece propostas de crédito coletivas mais coerentes.

Em Marechal Deodoro, as cocadeiras têm experiência com MEI e microcrédito produtivo, porém enfrentam dificuldades para planejar encomendas em larga escala, contabilizar adiantamentos e sistematizar receitas. Intervenções que traduzem “juros”, “parcelamento” e “adiantamento” em exemplos da rotina produtiva demonstraram eficácia para induzir mudanças comportamentais e possibilitar histórico mínimo exigido em análises de risco. As rendeiras do bordado filé, também em Marechal Deodoro, combinam alto saber técnico com pouca formalização contábil; materiais audiovisuais sobre MEI, cálculo de custo por hora e emissão de extratos de venda podem reduzir barreiras psicológicas ao crédito e transformar práticas em documentos aceitos por agentes financeiros.

No Pilar, catadoras de recicláveis operam em informalidade extrema, sem comprovação documental das vendas e com uso esporádico de microcrédito. Capacitação que articule linguagem bancária simplificada, sistema de pesagem com emissão de recibos e orientação para constituição de associações/cooperativas pode converter volumes coletados em receitas comprováveis, ampliando elegibilidade ao crédito formal. Situação semelhante foi observada em Satuba, onde limitações de infraestrutura e estigma social coexistem com ganhos de autoestima por organização coletiva; contudo, os registros permanecem escassos. Protocolos digitais de pesagem e recibos, aliados à tradução de termos bancários e práticas de formalização, podem gerar evidências contábeis aceitas por financiadores.

Em Satuba, as ceramistas demonstram engajamento cultural e uso incipiente de redes sociais, mas vendas pouco sistematizadas e histórico financeiro fragmentado. Guias de custo por peça, políticas de adiantamento e catálogo digital coletivo, junto ao registro de encomendas, auxiliariam a transformar ações de marketing em documentação financeira. Em Rio Largo, artesãs com experiências em economia solidária e feiras virtuais enfrentam governança coletiva frágil e receio quanto ao crédito coletivo; simulações numéricas e kits de governança (atas, planilhas simplificadas) podem reduzir risco percebido, aumentar transparência e facilitar negociações com financiadores.

Em Santa Luzia do Norte, boleiras têm capital social robusto e já acessaram programas de crédito, mas ainda apresentam dificuldades com planejamento de encomendas e gestão de adiantamentos. Simplificar terminologia aplicada a contratos de encomenda e adiantamentos, além de ferramentas para registro por lote e geração de relatórios, pode fortalecer comprovação financeira e viabilizar projetos maiores.

Em suma, alfabetização financeira limitada, inclusão digital desigual e linguagem bancária complexa são barreiras centrais ao crédito para mulheres empreendedoras de baixa renda. Intervenções que simplifiquem termos, ofereçam oficinas práticas de registro, implementem protocolos digitais básicos e fortaleçam formas de organização coletiva podem converter práticas informais em evidências verificáveis, reduzir estigma e ampliar a inclusão financeira produtiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral analisar como a alfabetização financeira e a inclusão digital influenciam o acesso ao crédito por mulheres empreendedoras de baixa renda no CELMM. Os resultados obtidos demonstram que o acesso ao crédito pelas mulheres empreendedoras de baixa renda no CELMM é determinado tanto por condições estruturais (infraestrutura, sazonalidade, presença de atravessadores) quanto por capacidades documentais e simbólicas (alfabetização financeira, registros, domínio da terminologia bancária, inclusão digital). A existência de capital social e associações facilita a transição de receitas informais para evidências exigidas por instituições financeiras.

A investigação do objetivo específico demonstrou que a simplificação da terminologia bancária, articulada à alfabetização financeira e à inclusão digital, funciona como mecanismo operativo para ampliar o acesso ao crédito e fortalecer a autonomia econômica das mulheres do CELMM: ao traduzir jargões bancários em instruções e exemplos numéricos de baixo nível cognitivo, reduz-se a vergonha e o receio associados à interação com instituições financeiras, favorecendo mudanças de atitude; ao mesmo tempo, a capacitação prática em conceitos

essenciais (juros, parcelas, adiantamentos) e em rotinas simples de gestão (registro de vendas, emissão de recibos) melhora comportamentos financeiros cotidianos e cria evidências verificáveis; por fim, a inclusão digital orientada transforma esses registros em documentação eletrônica utilizável em pedidos de crédito, diminuindo a assimetria informacional entre empreendedoras e credores.

Em conjunto, esses elementos aumentam a capacidade das mulheres de formular pedidos de crédito mais bem fundamentados, negociar condições mais favoráveis e mobilizar recursos para investimentos produtivos, desde que tais ações sejam integradas a suporte infraestrutural e a políticas públicas que mitiguem as desigualdades estruturais identificadas. A partir do objetivo específico, conclui-se que a simplificação da terminologia bancária, articulada à alfabetização financeira e à inclusão digital, configura um mecanismo promissor para ampliar o acesso ao crédito e fortalecer a autonomia econômica das mulheres do CELMM; contudo, permanece uma lacuna empiricamente relevante: as evidências aqui são qualitativas e indicativas, não permitindo quantificar o efeito causal dessas intervenções sobre pedidos de crédito, aprovações, volumes concedidos e variação de renda.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKAH, J.; MENSAH, K.; OSEI, R. Microfinance and women's empowerment in Africa: Evidence from group lending practices. *Journal of African Business*, v. 24, n. 3, p. 355–373, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15228916.2022.2131745>.

AHIASE, G.; SARI, M.; NUGRAHA, N.; ANDRIANA, D.; KPODO, P. C.; AMPOMAH, P. Financial literacy among female entrepreneurs in Ghana: Evidence from traditional markets. *Image: Jurnal Riset Manajemen*, v. 12, n. 1, p. 31–44, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17509/image.2024.003>.

AKPUOKWE, C. U.; CHIKWE, C. F.; ENEH, N. E. Leveraging technology and financial literacy for women's empowerment in SMEs: A conceptual framework for sustainable development. *Global Journal of Engineering and Technology Advances*, v. 18, n. 3, p. 1–16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.30574/gjeta.2024.18.3.0041>.

ANDRIAMAHERY, A.; QAMRUZZAMAN, M. Do access to finance, technical know-how, and financial literacy offer women empowerment through women's entrepreneurial development? *Frontiers in Psychology*, v. 12, art. 776844, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.776844>.

ARISA, J. A. R. Implementasi strategi nasional literasi keuangan dan keuangan inklusif pada pelaku UMKM perempuan. *Jurnal Riset Ilmu Ekonomi dan Bisnis*, v. 15, n. 1, p. 15–22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29313/jrieb.vi.646>.

ASANDIMITRA, N.; KAUTSAR, A.; WIJAYATI, D. T.; KUSUMAWATI, N. D.; NIHAYA, I. U. Women in business: The impact of digital and financial literacy on female-owned small



and medium-sized enterprises. *Investment Management & Financial Innovations*, v. 21, n. 3, p. 330–343, 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.21511/imfi.21\(3\).2024.27](https://doi.org/10.21511/imfi.21(3).2024.27).

BALA, D. Digital banking and financial inclusion for financial empowerment of women. *International Journal for Multidisciplinary Research*, v. 6, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36948/ijfmr.2024.v06i02.16471>.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *Droit et société*, v. 108, p. 465–487, 2021.

GUPTA, S.; AGARWAL, S. Edu-tech for financial literacy: A key to sustainable microloan programs. *Social Science Research Network*, v. 12, n. 2, p. 256–270, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.5083813>.

HASAN, R.; ASHFAQ, M.; PARVEEN, T.; GUNARDI, A. Financial inclusion – does digital financial literacy matter for women entrepreneurs? *International Journal of Social Economics*, v. 49, n. 4, p. 498–517, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/ijse-04-2022-0277>.

HUANG, J.; GUO, B. The financial capability and financial well-being of low-income entrepreneurs. *Education Resources Information Center*, v. 8, n. 3, p. 77–89, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7936/FMXV-KV62>.

MAHAT, T. T. Fostering financial resilience among women through fintech and financial literacy. *Journal of Informatics Education and Research*, v. 4, n. 3, p. 11–25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.52783/jier.v4i3.1933>.

MARQUES, F. R. V.; MENDES, S. D. A.; LEÃO, A. P. D. S.; FONSECA, M. P.; DO NASCIMENTO, M. P.; ARAUJO, D. D. S.; NETO, L. S. D. C. Empreendedorismo feminino e microcrédito: Uma análise contextual e os desafios no atual cenário brasileiro. *IOSR Journal of Business and Management*, v. 26, n. 4, p. 7–15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.9790/487X-2604040715>.

MILED, K. B. H.; LANDOLSI, M. Nexus between women's financial empowerment and digital financial literacy: The case of green microfinance in Tunisia. *Edelweiss Applied Science and Technology*, v. 8, n. 6, p. 279–286, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55214/25768484.v8i6.2052>.

OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice; BAETA, Fernanda. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista. *Texto para Discussão, IE/UFRJ, Rio de Janeiro*, n. 18, 2021.

RIZVI, S.; AHMAD, B. Performance of women entrepreneurs: Does financial literacy really matter? *Journal of Business and Social Review in Emerging Economies*, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26710/jbsee.v10i1.2888>.

SALUJA, O. B.; SINGH, P.; KUMAR, H. Barriers and interventions on the way to empower women through financial inclusion: A 2 decades systematic review (2000–2020). *Humanities*



& Social Sciences Communications, v. 10, n. 1, p. 1–14, 2023. Disponível em:
<https://doi.org/10.1057/s41599-023-01640-y>.

SIMBA, A.; DABIĆ, M.; ADEGBILE, A.; OGUNDANA, O. M. Financing women entrepreneurship in the developing world: An fsQCA analysis of informal financing schemes. Journal of Small Business Management, v. 63, n. 5, p. 2043–2078, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.1080/00472778.2024.2418029>.

TUMBA, N. J.; ONODOGU, V. A.; AKPAN, E. E.; BABARINDE, G. F. Financial literacy and business performance among female micro-entrepreneurs. Investment Management & Financial Innovations, v. 19, n. 1, p. 156–167, 2022. Disponível em:
[https://doi.org/10.21511/imfi.19\(1\).2022.12](https://doi.org/10.21511/imfi.19(1).2022.12).

YOUNAS, K.; RAFAY, A. Women entrepreneurship and financial literacy: The case of female borrowers in Pakistan. Iranian Economic Review, v. 25, n. 3, p. 525–534, 2019. Disponível em:
<https://doi.org/10.22059/ier.2021.84147>.